

RECURSO ESPECIAL Nº 1.810.077 - RS (2019/0121666-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : C A DE Q F
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, fundamentado no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, em oposição a acórdão proferido pelo respectivo Tribunal de Justiça, assim ementado (e-STJ, fl. 69):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. FALTA GRAVE NÃO RECONHECIDA.

O legislador estabeleceu as sanções possíveis a serem aplicadas a casos como o dos autos, e entre elas não se encontra o reconhecimento de falta grave.

O parágrafo único do art. 146-B da LEP, introduzido pela Lei nº 12.258/2010, prevê expressamente as sanções possíveis a serem aplicadas ao apenado que rompe a tornozeleira, permanecendo sem monitoramento, e não há menção à possibilidade de reconhecimento de falta grave, embora figure como sanção possível a regressão de regime, o que torna indubitável que o legislador entendeu não haver equiparação entre o rompimento da tornozeleira e a fuga, por exemplo, já que refere um dos consectários legais da falta.

Havendo previsão legal para o caso sob judice, é inaceitável proceder-se interpretação analógica para agravar a situação do apenado.

AGRAVO DESPROVIDO."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 89-92).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 98-106), o recorrente alega violação dos arts. 39, V, 50, VI, e 146-C da Lei n. 7.210/1984, uma vez que se caracteriza falta grave o fato de o apenado ter ficado sem qualquer vigilância em face do descarregamento do dispositivo de monitoração eletrônica. Requer, ao final, o provimento do recurso, para determinar o retorno do feito à origem, a fim de que seja realizada audiência de justificação, na qual seja apurada eventual falta praticada pelo apenado.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 113-121), tendo sido admitido o apelo excepcional (e-STJ, fls. 123-128).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial (e-STJ, fls. 206-208).

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece acolhimento.

Consta dos autos que a parte ora recorrida cumpre pena total de 12 (doze) anos e 6 (seis) meses de reclusão por crime de estupro (hediondo), e que se encontra atualmente em regime aberto (prisão domiciliar mediante tornozeleira eletrônica). Durante a execução, o apenado deixou descarregar a bateria no dia 23/04/2018, apresentando-se ao Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico apenas em 07/05/2018. O juízo deixou de reconhecer a falta grave, considerando justificada a conduta, sem designar, portanto, audiência de justificação.

Logo, a controvérsia posta sob análise refere-se à definição de se caracterizar falta grave (fuga) o fato de o preso domiciliar, mediante monitoramento eletrônico, deixar descarregar o dispositivo, permanecendo sem a necessária fiscalização das condições de seu recolhimento.

Com efeito, a jurisprudência sedimentada nesta Corte Superior orienta-se no sentido de que a conduta do apenado em deixar de carregar a bateria configura falta grave, incorrendo na hipótese do art. 50, VI, c/c o art. 39, V, da Lei de Execução Penal, porquanto deixa de cumprir as ordens do servidor responsável pelo monitoramento do dispositivo, impedindo a fiscalização da execução da pena.

A respeito, anatem-se as ementas dos seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UTILIZAÇÃO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA SEM BATERIA. FALTA GRAVE. VIOLAÇÃO DO PERÍMETRO DE INCLUSÃO. SANÇÃO DISCIPLINAR DE REGRESSÃO DE REGIME PREVISTA NA LEP. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A teor dos precedentes desta Corte, a utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente configura falta grave, nos termos dos arts. 50, VI, e 39, V, ambos da LEP, pois o apenado, com sua conduta, descumpra as ordens do servidor responsável pela monitoração e impede a fiscalização da execução da pena.

2. Além do mais, o reeducando violou a zona de monitoramento dezoito vezes, o que também autoriza sanção disciplinar de regressão de regime, a teor do art. 146-C, parágrafo único, I, da LEP.

3. As instâncias ordinárias consideraram inacreditáveis as alegações de que os fatos se deram para execução de trabalhos, atendimento de saúde, conversas com defensor e idas ao fórum eleitoral. As justificativas não podem ser reexaminadas por este Superior Tribunal, pois trata-se de controvérsia fática, cuja resolução encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.766.006/TO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018, grifou-se)

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. FALTA GRAVE. CONFIGURAÇÃO. REGRESSÃO. POSSIBILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Por se tratar de habeas corpus substitutivo de recurso especial, inviável o seu conhecimento, devendo ser analisada, entretanto, a existência de ilegalidade flagrante.

2. **Caso em que não se vislumbra constrangimento ilegal a ser sanado de ofício. Ao deixar de carregar a bateria da tornozeleira eletrônica e circular pela cidade livremente pela cidade, longe da esfera de vigilância das autoridades competentes, como consta dos autos, o paciente desobedeceu à ordem de manter o aparelho em funcionamento, incidindo na hipótese do art. 50, inciso VI, c.c. o art. 39, inciso V, ambos da Lei de Execução Penal - LEP.**

3. O art. 146-C, parágrafo único, inciso I, da Lei de Execução Penal autoriza a regressão de regime, não se vislumbrando, no ponto, qualquer ilegalidade.

4. *Writ* não conhecido."

(HC 342.466/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 14/06/2016, grifou-se)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos à origem, para apuração de eventual falta praticada pelo apenado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator